

EDITORIAL

v. 22, n. 1, jan./abr, 2018

INDAGAÇÕES SOBRE O PRODUTIVISMO – E AVALIAÇÃO(?) - NA PRODUÇÃO ACADÊMICA

A responsabilidade editorial, nesses tempos de muitas dúvidas e poucas perspectivas sobre os rumos políticos e também acadêmicos da ciência e dos conhecimentos em si, me indica retomar um tópico de discussão que já, em outros momentos trouxe aos meus textos e editoriais.

O intrigante produtivismo acadêmico e seus efeitos colaterais. Um dos mais perversos desses efeitos é a sua associação com a avaliação que qualifica a produção da pesquisa e, por indução, o pesquisador. A avaliação em si é algo que aglutina uma imensa gama de variáveis controversas e de difícil consenso sobre como tratar. Componentes avaliativas trazem em si elementos valorativos impregnados de subjetividade que é o ponto de partida para toda discussão que as contempla.

Ao tratarmos do processo de produção e disseminação do conhecimento em sua imaterialidade e intangibilidade nos colocamos em uma situação de grande complexidade e dinamismo. Nesse contexto, precisamos ter claro que concepção de avaliação que nos orienta. A concepção de que avaliar é um ato intencional valorativo sobre o estado em que o objeto avaliado se encontra e o instrumento estabelecido para esse fim dá materialidade a esse ato nos possibilita analisar de forma consistente tanto a sua natureza como finalidade.

Entre inúmeros outros, dois problemas nos dias atuais têm exigido esforço adicional da Universidade: o produtivismo e sua avaliação. O primeiro, nos impõe um ritmo em nossos estudos e pesquisas que têm levado inúmeros colegas a situações extrema para que possa “dar conta de sua produção” desde que a “lista dos Improdutivos” foi parar nas mãos da grande imprensa (Folha de São Paulo, 1988).

Quanto ao segundo, não se tem acordo sobre os critérios, conceitos ou fundamentos efetivos para construção de instrumentos adequados e, por isso emprega-se critérios e parâmetros pré-estabelecidos por modelos, se não anacrônicos, no mínimo inadequados e, em geral, sem fidedignidade ao objeto e a circunstância na qual se encontra.

Colocar esses embates acadêmicos com suas contradições à mostra e na direção do consenso exige tempo e condições para um trabalho complexo e, ainda assim, por vezes seriam insuficientes. O tempo é um bem cada vez mais escasso na Universidade e as condições adequadas para o trabalho se reduz, ainda mais a cada momento. Existe na universidade a preocupação com a questão que envolve a dimensão do impacto (sic) social produzido por meio do conhecimento cientificamente desenvolvido, entendido como “produzir sempre conhecimentos que tragam benefícios para o conjunto da sociedade de forma intensa”. Essa tarefa não é simples, a avaliação adequada e fidedigna desse “impacto” social dos conhecimentos produzidos pela ciência não é tarefa rotineira.

Por isso, até o momento atual não se tem, de forma efetiva e consolidada um procedimento metodológico para esse tipo de avaliação, seja por parte de organismos internacionais ou nacionais ou até mesmo órgãos de fomento. Temos aceitado, pela falta de algo mais bem colocado, uma visão contábil auditorial que apresenta um efeito ilusório com fim em si mesmo. Há que se reconhecer esforços no sentido de se qualificar tais procedimentos sem, no entanto, considera-los satisfatórios como estão, uma vez que ainda temos, certamente, ainda um longo caminho a percorrer, pois estamos muito distantes de um mínimo de compatibilidade entre ideias para o consenso sobre como solucionar esses impasses.

O que vemos é que, a cada dia temos que produzir mais, escrever mais, publicar mais para a sociedade, organismos ou pares que leem cada vez menos e, quando leem, a qualidade do conteúdo não é o que importa. O que importa é a métrica do como e onde está escrito. Encontra-se dentro das regras da normalização? Em qual base o periódico que publicou está indexado? Qual o Qualis atual? Têm resumos em três idiomas? Tem DOI? Estas são algumas das questões que importam; qual o conteúdo efetivo do texto publicado não é relevante, desde que a métrica satisfaça.

Vivemos hoje um momento em que nossos pares deliberadamente entregaram suas opiniões sobre o que pesquisamos e escrevemos aos terceirizados, aqueles que se esmeram em construir exigências para divulgarem nossos estudos como se dependesse deles a qualidades dos resultados. Certamente cabe aqui uma autocritica ao se

reconhecer que a liberdade de cátedra se constrói artesanalmente, que é sinônimo de trabalho individual e também do sentido de autonomia e, por isso o professor trabalha só. É protegido por sua iniciativa pessoal e pela autoridade de cátedra acadêmica, confunde solidão com autonomia e fica a vontade diante do julgamento dos pares.

Essa percepção e autocrítica sutilmente alimenta o desinteresse pela atuação em sala de aula. Esse desinteresse é observado facilmente em alguns professores que atuam nas universidades em poucos minutos de conversas. Não há dilema, a prioridade e o interesse estão em produzir ciência e participar de eventos científicos, bem como atuar em grupos de pesquisas, pertencer e atuar em corpos editoriais de revistas qualificadas e elaborar artigos, pois essas coisas é que são efetivamente julgada, avaliadas e geram reconhecimentos.

Afinal, em relação ao complexo, porem invisível trabalho empreendido na docência, “quem se importa?” Em termos de pós-graduação, os critérios de avaliação e as exigências estabelecidas pela Capes induzem, ao meu ver, a um crescente individualismo, resultado de disputas por bolsas, publicações, recursos de diferentes formas, entre outras. Nesse momento e contexto, há necessidade é de uma base normativa nacional sobre normas de conduta ético-social do pesquisador que possa regulamentar, prevenir e, por esse caminho, discutir ações que inibam os desvios na execução de produções acadêmicas e comportamentos antiéticos de pesquisadores, docentes e discentes.

A exigência do produtivismo nos leva a um número cada vez maior de coisas absolutamente sem sentido. A disseminação da ciência e do conhecimento presta um grande serviço à erudição, à sociedade, à democracia quando, além de nós mesmos, alguém mais lê e dessa leitura se nutre, se apropria e emprega a si e ao seu cotidiano. Em tempos de “fake news”, “pós-verdades (ou pós-fatos)”, “lawfare”; entre outras tantas questões que distorcem ou mistificam nossa realidade vivencial já não temos mais a clareza de que se o que vemos é, de fato, o que temos e ainda, se o que temos é algo verdadeiro. Essencialmente verdadeiro.

Sebastião de Souza Lemes
Editor

